Universidade e prisão: a extensão universitária na criação de espaços de resistência

*A space without walls within so many walls:
the university extension in the creation of resistance spaces*

Viviane de Souza Barbosa Maia¹
Lobelia da Silva Faceira²

Resumo

A instituição prisão com a lógica positivista de domesticação do sujeito para o seu retorno à sociedade ocasiona o apagamento da identidade e esquecimento da memória construída sócio-historicamente por meio de distintos processos punitivos de massificação da rotina. Com interface nas Cartas do Cárcere, o artigo tem a proposta de analisar a possibilidade de transformação do cárcere em laboratório de ideias, reflexões e mudanças através da participação em um projeto de extensão que desenvolve um grupo socioeducativo na Penitenciária Industrial Esmeraldino Bandeira, configurando-se como um espaço de luta e resistência no processo de construção da cidadania.

Palavras chaves: Prisão. Universidade. Gramsci.

Abstract

The prison institution with the positivistic logic of domestication of the individuals in order to their return to the society causes an erasure of their identity and the social-historical memory oblivion through several punitive processes of routine standardizing. Dialoging with Cartas do Cárcere, a book organized with Gramsci's letters, the article proposes an analyses of the possibility of transforming the lockup experience into a lab of ideas, reflections and changes by participating in an extension project that develops a social educational group in the Industrial Penitentiary Esmeraldino Bandeira, which is set as a space of fight and resistance in the process of citizenship construction.

Keywords: Prison. University. Gramsci.

¹ Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) - Rio de Janeiro/RJ, Brasil.
e-mail: vivianesbm@hotmail.com

² Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) - Rio de Janeiro/RJ, Brasil.
Profa. adj. da Escola de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Memória Social (PPGMS/UNIRIO).
e-mail: lobeliasfaceira@yahoo.com.br

Introdução

O artigo tem como objetivo a construção de um diálogo entre a experiência de trabalho profissional no grupo socioeducativo – desenvolvido pelo projeto de extensão Universidade e Prisão: um diálogo crítico e dialético na Penitenciária Industrial Esmeraldino Bandeira – e as Cartas do Cárcere, livro organizado com as cartas enviadas por Antônio Gramsci para seus familiares e amigos durante o período de detenção. Ou seja, o artigo tem a proposta de analisar o cárcere como uma instituição social, que historicamente contribui para a “mortificação do sujeito preso”, na medida em que padroniza comportamentos e rotinas; mas, que pode ser transformado num local de criação, reflexão e produção de memória social.

Gramsci utilizou o lugar mais improvável para produção de conhecimento, o cárcere. As Cartas do Cárcere se tornam uma grande obra-prima com diversas questões entorno do cárcere, apresentando um caráter de proximidade com o atual cenário do sistema penitenciário, mesmo sendo escritas de 1927 a 1935. As cartas ultrapassam a noção de correspondência comum entre um indivíduo em privação de liberdade e sua família, pois, para além de um parâmetro da rotina prisional, expressam a dimensão cultural, política e econômica que tais relações estão envolvidas.

São inúmeras contradições encontradas nessa instituição de cunho positivista, onde, muitas das vezes o acesso ao direito configura-se como conquista ou benefício decorrente de um bom comportamento. Há uma enorme perda de identidade e a construção de um novo olhar sobre si mesmo, o que Gramsci descreve como uma capacidade humana de adaptação. Por muitas vezes esses processos causam um afastamento de todas as relações sociais, que envolvem esses sujeitos antes da chegada ao cárcere.

O grupo socioeducativo desenvolvido na Penitenciária Industrial Esmeraldino Bandeira é parte integrante do projeto de extensão Universidade e Prisão: um diálogo crítico e dialético, vinculado a Pró-reitoria de extensão e cultura (PROEXC) por meio da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), possuindo articulação com a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP/RJ). O grupo socioeducativo se configura em um espaço de debate acerca do cotidiano e da construção do indivíduo enquanto ser social e histórico, de modo dialético, por meio de discussões com caráter horizontal. Não há um cenário “disciplinar” que silencie os sujeitos ali presentes, há um cenário de grupo, onde todos devem ter suas falas respeitadas. Gramsci destaca a transformação do espaço prisional em um laboratório de ideias, reflexões e mudanças, fator que perpassa o caráter desse projeto que tem por objetivo desenvolver o grupo como um espaço de criação e de liberdade para o reconhecimento do próprio indivíduo e dos outros indivíduos ali presentes enquanto sujeitos sócio-históricos.

Neste sentido, o artigo busca estabelecer um olhar crítico sobre a privação de liberdade, as relações de poder existentes na instituição, a produção de lembranças e a perda da identidade sócio-histórica. No primeiro momento apresentamos brevemente a historicidade da prisão e seu processo disciplinar e de “mortificação do eu”. Num segundo momento, a partir da inserção do trabalho socioeducativo, descrevemos a unidade e analisamos o grupo, apresentando suas características de espaço, limites e possibilidades existentes para o seu funcionamento. No terceiro momento expomos a discussão a respeito da memória e da identidade, a partir de

relatos e experiências desenvolvidas no grupo socioeducativo com interface nos escritos de Gramsci.

Um breve olhar sobre a historicidade da prisão e seus processos disciplinares que acarretam na “mortificação do eu”

A instituição prisão surge como uma forma de combater, punir e até mesmo curar indivíduos que cometem alguma espécie de delito ou crime aos olhos da sociedade. Desde o século XVII, por meio da indenização ou fiança, onde não havia nenhuma maneira de preservação da integridade física do sujeito em condenação, é possível visualizar formas punitivas de controle social que acarretaram no que hoje chamamos de encarceramento para “ressocialização”.

Não podemos ignorar que em cada momento ocorrem diferentes formas de punição, mas há um fato em comum entre todas elas: o sistema penal desde sua formação sempre foi direcionado a população que não detêm recursos financeiros. Cada contexto histórico está inteiramente ligado às relações de poder e correlações de forças existentes na estrutura da sociedade, de modo distinto de acordo com o momento político, econômico e social presente na época. É possível visualizar certa necessidade de alcançar a ordem social na sociedade por meio da banalização de qualquer tipo de crime, dessa forma, em espaços públicos, os castigos obtinham uma dupla função: punição e exemplo. A retomada da ordem se dava por meio de castigos corporais, torturas e uma espécie de espetáculo da culpa. Se hoje, não há um espetáculo em público que exemplifique para a sociedade as drásticas consequências dos seus atos, os castigos imprimem marcas na alma, na construção social do indivíduo e no seu reconhecimento enquanto sujeito.

O cárcere a princípio era utilizado por religiosos para com o isolamento alcançar o perdão por seus pecados. Posteriormente serviu para o que hoje nos aproximamos quando definimos o que são as cadeias públicas, espaços reservados para que os indivíduos possam aguardar sua sentença. Com a necessidade de reformas nos moldes de punição, o cárcere assume uma postura punitiva, onde, muitas das vezes a pena se dava pelo trabalho forçado, capaz de atender demandas do capital e segregar a população que por ser abastada de condições financeiras não deveria integrar a sociedade.

Nesse cenário de domesticação, de tornar o indivíduo dócil, capaz de suportar altas jornadas de trabalho para se tornar apto a viver em uma sociedade de consumo e em meio a altas taxas de desemprego, desigualdade e insalubridade nos empregos, criam-se casas de correção, como parte constituinte do desenvolvimento capitalista. A intenção de regenerar ou reeducar são reflexos da ausência de políticas públicas para as novas expressões da questão social. Por um lado, se faz necessário que toda a população produza para estar dentro dos parâmetros da sociedade capitalista e por outro, a população apresenta necessidades culturais, sociais, políticas e econômicas. Diante disso, a prisão surge como mecanismo de enfrentamento coercitivo e corretivo, sem nenhum objetivo de transformar a realidade social apresentada. Impondo ao sujeito regras de convívio para preparação e correção com a finalidade de permiti-lo retornar para o convívio além dos muros.

Em função das limitações da natureza do presente artigo abordaremos a temática da prisão a partir da promulgação da Lei de Execuções Penais (LEP), em 11 de julho de 1984, que permitiu mudanças no controle social de caráter ditatorial até então vigente, garantindo também a uniformidade do sistema em todo país. É

inegável o fato de ter sido um avanço no âmbito da legislação punitiva, porém a partir de influências positivistas a LEP reafirma a noção de controle social imposta pela instituição prisão.

A ideia da prisão como um espaço de excluídos, um espaço de depósito de pessoas que não apresentam tanto valor aos olhos da sociedade capitalista e exercem uma função de exército industrial de reserva é a lógica que perpassa o cárcere desde sua criação. O indivíduo passa a obedecer a regras e normas que são impostos nessa instituição, adaptando-se ao meio que está inserido e desenvolvendo, como ressalta Gramsci, a perfeição da máquina humana de se adaptar a rotina que não é considerada natural.

A instituição social prisão e as formas de tratamento dos indivíduos ali presos garantem a sociedade uma noção de segurança, uma noção de que o preso ali em restrição passa por um tratamento de reparo e, posteriormente, estará apto ao retorno nas relações sociais que fora tirado do convívio. Por diversas vezes expressam uma noção de que há uma questão patológica de necessidade de um mecanismo de reparo. Toda essa concepção caracteriza a perda da subjetividade dos sujeitos ali presentes, pois, não há garantia da individualidade de cada indivíduo.

Em todo esse processo, ocorre o que Goffman (1987) caracteriza como a “mortificação do eu”, por meio da transformação subjetiva, através de uma barreira temporária de afastamento de tudo que até agora o sujeito vivenciou, para uma concepção rotineira de normas e códigos que agora ele irá vivenciar. Quando o sujeito chega ao cárcere, o tamanho da perda de identidade é tão visível que ele deixa de ser reconhecido pelo seu próprio nome e passa a ser reconhecido por um número de prontuário ou por sua localização de cela no coletivo. Não é apenas o caráter da privação de liberdade que pune o sujeito, todo o ambiente prisional, sua padronização e disciplina são constantes medidas punitivas naturalizadas.

Ao dar entrada em uma instituição total, o indivíduo é despido de sua aparência usual. Ele é identificado, numerado, fotografado, tiram suas impressões digitais, lhes são atribuídas roupas da própria instituição, ou seja, um verdadeiro processo de despersonalização ocorre depois de sua admissão. Um indivíduo não é mais um indivíduo; ele passa a ser uma engrenagem no sistema da instituição, e a obedecer a todas as regras da mesma; caso não o faça, será “reeducado” pelos próprios companheiros ou pela equipe dirigente. É como se lhe tirassem as próprias memórias e as substituíssem por memórias da instituição visando à padronização dos sujeitos.

Gramsci destaca em uma carta para sua cunhada de 1927, o caráter da padronização da roupa e da raspagem de cabelo fazendo referência ao regulamento. Ressaltamos que a prática institucional de raspar o cabelo dos presos ingressantes, bem como o uso de uniformes permanecem no cenário contemporâneo das prisões brasileiras, reproduzindo um espaço de rotina e perda da identidade social dos sujeitos. A conferência ou contagem diária dos presos no âmbito prisional também é um exemplo da massificação padronizada dos sujeitos, pois, todos devem se colocar de pé, vestidos de maneira semelhante, com mesma postura e em lugar pré-determinado pelo menos duas vezes ao dia.

Assim, há em todos esses espaços de privação, práticas que reprimem o exercício da cidadania e historicidade do sujeito preso, fator que constitui violação dos direitos humanos em diversos níveis. Há por parte do Estado, uma tentativa de transformá-lo, de puni-lo e de afastá-lo de si mesmo com um discurso contraditório

de que estariam “ressocializando” tais indivíduos.

A instituição prisão passa a ser legitimada pela sociedade a partir da sua proposta de tratamento do preso, onde o mesmo é considerado como um doente social. A prisão possui objetivos de custódia e “tratamento”, caracterizados por um espaço de contradições e tensões entre as propostas de um Estado Democrático de Direito – instituído pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e pela Lei de Execução Penal, e a presença da disciplina, manutenção da ordem e segurança como mecanismos centrais do processo de custódia.

Diante da complexidade histórica das formas punitivas e dos processos penais do sistema penitenciário brasileiro, buscamos estudar dentro das unidades prisionais espaços que possam ser emancipatórios, de reafirmação do eu, de resgate da memória do sujeito construído sócio-históricamente, espaços de reflexão e de criação de memória de resistência, inseridos em diversas relações de poder. Tornando-se necessário adentrar o segundo momento desse artigo que busca descrever a Penitenciária Industrial Esmeraldino Bandeira e analisar o funcionamento do grupo socioeducativo “Universidade e Prisão: um diálogo crítico e dialético” como um laboratório de ideias e reflexões.

Descrição da unidade e análise do grupo socioeducativo: características de espaço, limites e possibilidades

A Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro (SEAP-RJ) possui como missão e lema “ressocializar para o futuro conquistar”, caracterizando-se por uma ideologia funcionalista, projetando como atribuições “planejar, desenvolver, coordenar e acompanhar as atividades pertinentes à Administração Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro”, administrando atualmente (Abril de 2017) 49 unidades prisionais em todo o estado do Rio de Janeiro com um efetivo carcerário de cerca de 60.000 presos. No Complexo Penitenciário de Gericinó existem 25 unidades administradas pela secretaria, dentre elas a Penitenciária Industrial Esmeraldino Bandeira, que possui um efetivo carcerário de 2000 presos.

O trabalho socioeducativo é uma das atividades do projeto de extensão “Universidade e Prisão: um diálogo crítico e dialético” vinculado a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e desenvolvido por uma parceria entre a Escola de Serviço Social e o Laboratório de Práticas Sociais e Pesquisas Sobre Violência do programa de pós-graduação em Memória Social, ambos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) com a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP/RJ).

O grupo socioeducativo por ser uma atividade vinculada à universidade, não possui espaço físico específico, acarretando em uma “rotatividade” de espaços para sua operacionalização. Desde 2015, o espaço que a unidade destina para a materialização do grupo é o espaço da igreja católica. Por semestre cerca de 100 internos participam do grupo. O planejamento do tema, instrumento e técnica de intervenção a serem abordados no grupo acontece de modo participativo. No final de cada grupo realizamos uma avaliação, na qual os presos relatam os pontos positivos, negativos e sugerem assuntos a serem abordados no próximo semestre. Posteriormente, a equipe do projeto de extensão junto com os presos monitores realiza um planejamento participativo.

O trabalho socioeducativo é operacionalizado com a exibição e debate de filmes relacionados às temáticas escolhidas pelos participantes, sendo ainda utilizadas técnicas de dinâmica de grupo, recortes de jornais, charges e músicas. Partindo da dimensão que a instituição prisão regra toda a rotina dos sujeitos ali encarcerados, o grupo consiste desde o planejamento em um espaço de caráter participativo e democrático, caracterizando um aprendizado por meio da interação e participação dos diversos atores sociais.

No âmbito dos limites e possibilidades, por estarmos inseridos em um ambiente de trabalho que parte do pressuposto da lógica punitiva, precisamos sempre estar atentos à dimensão contraditória dos papéis de educador e custodiador. Quando chegamos à unidade para a realização do trabalho passamos por um pequeno ritual de normas da instituição prisão que começa na portaria do complexo, pois, só entramos mediante apresentação do ofício de liberação da SEAP-RJ. Após, quando estamos para adentrar na unidade, os pertences são revistados. Assinamos o livro de visitantes, deixamos uma cópia do ofício na portaria e seguimos para direção da unidade. Pegamos as senhas assinadas pelo diretor da unidade para liberação dos internos e levamos até a inspetoria para que ela chegue aos internos.

O espaço de trabalho, igreja católica, não apresenta as melhores condições de estrutura para uma boa condução do grupo. Com um quantitativo entorno de 50 internos em cada turno, o calor da igreja e a acústica por não ter uma laje e apenas telhas são exemplos da ausência de uma estrutura adequada. Outro fator que merece destaque é que acontece em um espaço voltado para uma religião específica e compreendemos a diversidade religiosa, por isso, estamos sempre explicando que o espaço é utilizado devido à ausência de espaço adequado.

Frente às ofensivas do capital, a ausência de direitos e o silenciamento cada vez maior para com quem está “as margens da sociedade”, o grupo é fundamental para avançarmos não só em reflexões, mas em atos e visões de mundo. O diálogo entre a universidade e a prisão, não constitui apenas um diálogo entre a teoria e a prática, é um diálogo dialético de produção de conhecimento. Se as demandas com as quais trabalhamos são totalidades constituídas por determinações econômicas, políticas, culturais e sociais; então elas exigem mais do que ações imediatas, instrumentais mecanizadas.

Após essa breve apresentação do cenário de trabalho e das dimensões políticas, iremos abordar no próximo os relatos, experiências e reflexões desenvolvidas no grupo com interface nas cartas de Gramsci para construir um debate acerca da memória e da identidade no cárcere.

Memória e identidade: relatos, experiências e reflexões desenvolvidas no grupo com interface nas cartas de Gramsci

O grupo socioeducativo dentro desse universo social da instituição prisão proporciona uma teia de significados, relações, construção de memória e reafirmação de identidade em seu caráter histórico de construção social. De acordo com um interno a teia representa uma união para alcançar um objetivo em comum (Preso V).

A instituição prisão no âmbito da sociedade capitalista reproduz contradições tão perceptíveis que nesse espaço se tornam ainda mais visíveis quando o próprio indivíduo em restrição observa a totalidade que está inserido e os processos punitivos envolvidos em sua rotina. É um desafio de construção diária por um espaço que permita reflexões, idéias e transformações dentro de todas as normas, restrições

e privações.

O cárcere apresenta um caráter de apagamento do sujeito desde quando codifica os indivíduos que adentram nele, uma tentativa de ocasionar o esquecimento do passado. O grupo retoma a memória em primeira instância a partir do reconhecimento pelo nome. Naquele espaço, todos se chamam pelo nome mesmo que das grades de cada cela e pavilhão para dentro o reconhecimento aconteça por meio de apelidos ou localização no efetivo carcerário. No momento da apresentação escutamos relatos muito parecidos como: aqui ninguém sabe meu nome, só me conhecem pelo apelido, (Preso C).

Nesse universo de relações sociais, a comunicação por meio da linguagem assume sua especificidade de diversas maneiras. O cárcere possui uma linguagem peculiar, construída sócio-historicamente dentro dos coletivos. Uma linguagem que expressa traços da totalidade social de uma cultura extramuros, uma miscigenação na linguagem, uma adaptação para residir em um espaço regrado e normatizado. Gramsci (2005, p.103) ao observar a comunicação dentro do cárcere escreve em uma carta para sua cunhada, “como o cárcere é uma espécie de ressonância, na qual por fios invisíveis e múltiplos se comunicam com cada cela às notícias que interessam ou podem interessar aos vários detidos...”. A comunicação é o retrato da resistência de uma cultura massacrada pelos processos que a inibem. Por um lado o cárcere apagando os indivíduos e por outro, a memória e a cultura resistindo às limitações.

Gramsci apresenta certo cuidado com a família nas diversas cartas que envia para os seus familiares, principalmente para com sua mãe. Assume uma postura constante de “receio” do que sua prisão pode ter lhe causado buscando sempre justificar sua detenção frente aos possíveis “julgamentos” que poderiam ser feitos. Gramsci (2015, p.148):

Querida mamãe,

(...) Compreenda que nada disso tem a menor relação com minha honestidade, minha consciência, minha inocência ou culpa. É um fato que se chama política, com a qual todas estas belíssimas coisas não têm a menor relação. Sabe como se age com as crianças que fazem pipi na cama, não é verdade? Ameaça-se queimá-las com a estopa em chamas na ponta de um forçado. Pois bem: imagine que, na Itália, haja um menino muito grande que ameaça continuamente fazer pipi na cama desta grande mãe geradora de cereais e de heróis; eu e alguns outros somos a estopa (ou o trapo) acesa que se mostra para ameaçar o impertinente e para impedi-lo de manchar os lençóis limpos.

No grupo percebemos um desejo de proteger a família para que ela não se aproxime de nenhuma forma da criminalidade. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 prevê que nenhuma pena e punição passará da pessoa do condenado, mas são diversas grades invisíveis que para além de limitar as relações, impõe barreiras regradadas e normatizadas não só física e geograficamente para o convívio com a visita dentro do cárcere.

Até hoje é verdade, a família também paga pelo nosso erro. Isso me deixa revoltado porque às vezes nossa família vem de madrugada, dorme ali fora, ate pouco tempo passava pela revista íntima uma humilhação. Tudo isso e por causa de uma roupa, às vezes uma blusa, é barrada de entrar aqui. É um esculacho, esse sofrimento é um esculacho (Preso L).

Nossos parentes sofrem e às vezes quando descobrem que visitam a prisão, perdem até o emprego. Se souberem que é parente de preso, que tem carteira de visita é difícil para estudar e para trabalhar. São mal vistos, nossa família também paga pela nossa pena mesmo o erro e a pena sendo nossos (Preso N).

As grades são tantas, diversas que não existem apenas por meio da tranca de privação de liberdade. Ultrapassam no sentido figurado de “tranca da alma” através da impossibilidade de conduzir as relações, o processo de “desconhecimento” e a normatização da rotina regrada são exemplos de que a pena perpassa a totalidade que o sujeito está inserido e de fato reflete em todas as suas relações. As grades invisíveis são reais e aprisionam para além de um corpo, uma história e diversos indivíduos.

Os processos de produção/reprodução material e social que permitem a construção de uma identidade precisam ser respeitados. Todo indivíduo é formado por suas singularidades dentro das relações sociais e no movimento diário de formação que é capaz de constituir sua subjetividade. Não podemos ignorar a dimensão sócio-histórica dos fenômenos. A identidade não é transitória e fragmentada por barreiras e codificações como impõe a instituição prisão de modo equalizado e padronizado, impossibilitando ao indivíduo perceber tal movimento.

Gramsci (2005, p. 337) destaca numa das cartas um questionamento por mudanças provisórias ligadas a rotina do cárcere: certamente mudei muito, mas pode ser que se trate de um fenômeno provisório, ligado a vida excepcional do cárcere. Dentro dos muros do cárcere o relógio sempre passa muito devagar, a mesmidade e a homogeneidade expressam no tempo um caminho traçado sempre para o idêntico e comum no âmbito da massificação da rotina. Os sujeitos acabam por responder estímulos automaticamente, conhecidos e tornados “naturais”.

Por outro lado o grupo socioeducativo caracteriza um espaço que o tempo corre por meio das reflexões, não só para a equipe que visita esse universo para uma espécie de análise, reflexões e busca pelo conhecimento, mas para todos os participantes que demonstram em suas falas como o relógio é veloz em dia de grupo. Os presos destacam a possibilidade de repensarem e refletirem o cotidiano prisional, seus limites e possibilidades: o apoio e a privação de liberdade de seus familiares, as perspectivas de trabalho e as possibilidades para um novo horizonte. Ressaltam sempre a importância do grupo como espaço de reflexão sobre o cumprimento de pena e o retorno à totalidade das relações sociais.

Eu não queria participar do grupo, estava vindo para entregar a senha e pedir para que pare de cair minha senha. Resolvi voltar para trocar a bermuda pela calça e participar para saber como seria e me surpreendi. A primeira coisa que me chamou atenção nesse documentário foi à palavra amor e a segunda foi à revolta. O amor supera tudo e para eu poder amar minha mãe eu preciso aprender a me amar primeiro. Isso diminui a revolta e faz a gente pensar. Eu quero continuar aqui, não quero deixar de participar do grupo. (Preso Y)

Quando soube do grupo, resolvi aparecer mesmo sem senha e me infiltrei no grupo... Desde então não faltei uma atividade. O grupo não pode

parar, pois antes dele eu só pensava em coisas ruins, não acreditava que podia sair daqui e ser diferente. Com o grupo comecei a ter esperanças. (Preso O)

Gramsci transformou o cárcere em um laboratório de ideias que o possibilitou a produção de grandes documentos para o seu acervo teórico. Caracterizou ser o espaço mais improvável para produzir conhecimento, mas não hesitou em tamanhas reflexões e transformações do próprio eu como resistência do processo de mortificação imposto pela normatização dessa instituição.

As falas dos internos possibilitam refletir qual o real papel desse grupo socioeducativo. Os internos se aproximam das concepções de Gramsci quando descrevem o papel do grupo. Em um lugar regrado, trancado e de altos muros que limitam o convívio na totalidade social, o grupo é um espaço libertário de reafirmação do eu sujeito histórico, onde não há nenhuma liberdade. Mesmo com tantos limites, o compromisso com a emancipação e com um olhar que desenha um novo horizonte sem a classificação e a codificação de sujeitos a margem da sociedade só é possível quando transformamos lugares, improváveis ou não, em laboratórios de ideias.

O grupo é um espaço sem muros dentro de tantos muros (Preso H), disse o monitor para descrever como é a capacidade do grupo de proporcionar algumas horas de aprendizado. Um espaço sem muros, onde o tempo corre rápido e o conhecimento ganha dimensão. O aprendizado é sem trancas, códigos, normas, regras e cadeados, tornando o pensamento livre e a consciência extramuros possível. Um laboratório de ideias, reflexões e muitos diálogos críticos e dialéticos entre a Universidade e a Prisão.

Considerações finais

O cárcere constitui um terreno árido, contraditório e de negação, no âmbito dos direitos sociais e anulação da historicidade e cidadania dos diversos sujeitos presos. O artigo apresenta por meio da análise do trabalho interdisciplinar, num projeto de extensão, a possibilidade de identificar as contradições do cenário prisional e de ruptura dos processos de massificação e alienação. Ou seja, o cárcere (que padroniza e disciplina) pode constituir um espaço de resistência, ruptura, contra hegemonia e contribuição para a produção de emancipação humana. O grupo socioeducativo, nesse universo tão paradoxal, é um aparato técnico operativo do serviço social, que a partir do movimento de apreender a realidade e sair do nível da aparência, torna possível desmistificar o cenário prisional e pensar estratégias de enfrentamento e mediação social.

Pensar o surgimento da extensão universitária no cenário brasileiro implica a presença de um cunho assistencialista no atendimento da população em situação de vulnerabilidade social, ou seja, com a ausência do Estado, a extensão ocupa um espaço que caracteriza à lógica de compromisso social da universidade com a sociedade. Potencializando e produzindo conhecimentos de forma interdisciplinar com ações voltadas para a formação acadêmica e construção profissional, a extensão permite ao discente atuar na realidade concreta e perceber as relações de poder que o mesmo está inserido, ousamos dizer que a observação crítica como instrumento desse campo permite ao discente traçar um olhar sobre a necessidade de uma nova ordem societária.

A extensão consiste em um campo fundamental para que a função social da

universidade seja estabelecida e reconhecida, reflete nas relações sociais que são históricas, suas contradições e condições de existência, bem como avanços ou retrocessos na sociedade. Assim, as ações de extensão são contribuições importantes para promover à função social da universidade em uma lógica que possibilite a contra hegemonia dos elementos instituídos da instituição prisão. “A extensão como a ação que possibilita a interação entre universidade e sociedade, constitui-se elemento capaz de operacionalizar a relação teoria/prática, promovendo a troca de saberes acadêmico e popular” (FACEIRA, 2013, p.55).

O grupo socioeducativo, parte constituinte da extensão universitária, desenvolvido pela equipe de serviço social nesse espaço conflituoso de políticas públicas caracteriza-se por postura reflexiva junto aos usuários. Partindo de particularidades é proposto o alcance da totalidade, um movimento dialético e crítico de leitura da realidade posta. “Levando em conta que a teoria só se nutre na prática social e histórica como também representa uma força transformadora que indica à prática os caminhos de transformação” (Kameyama, 1980, p.101) faz-se necessário desenhar um caminho metodológico que ultrapasse as dimensões psicologizante e criminalizadora das expressões da Questão Social.

No âmbito profissional, o trabalho do assistente social no grupo socioeducativo produz debate, reflexões e processos de emancipação humana. É um desafio para a categoria ultrapassar uma visão disciplinadora e controladora existente nesse universo social que produz uma relação contraditória entre a garantia e a violação de direitos. É preciso compromisso com o projeto profissional, pois, o trabalho do assistente social interfere diretamente na reprodução da força de trabalho, na reprodução material e no processo de reprodução sociopolítica ou ideo-política dos indivíduos sociais. Configurando-se como um profissional que reside no campo de valores, conhecimentos, comportamentos, cultura e no todo, efeitos reais de interferências na vida dos sujeitos por meio das políticas sociais.

Referências

ALMEIDA, Magali da Silva. **Projeto ético-político e exercício profissional em serviço social: os princípios do código de ética articulados a atuação crítica de assistentes sociais**. Rio de Janeiro: CRESS, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.

BRASIL. **Lei de Execução Penal**. Lei 7.210 de 11 de julho de 1984.

FACEIRA, Lobelia da Silva. O processo de formação profissional em serviço social e a extensão universitária: avanços e desafios. **Raízes e Rumos**, Rio de Janeiro, v. 01, n. 01, p. 54-98, jan/jun, 2013.

GOFFMAN, E. **Manicômios prisões e conventos**. 2. ed. São Paulo: Perspectivas, 1987.

GRAMSCI, A. **Cartas do cárcere: 1926-1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. v. 1.

KAMEYMA, Nobuco. A trajetória da produção de conhecimentos em Serviço Social: avanços e tendências (1975 a 1997): formação profissional. In: **Caderno da Abess 8**. São Paulo: Editora Cortez, 1998.

RUSCHE, G.; KIRCHHEIMER, O. **Punição e estrutura social**. Tradução de Gizlene Neder. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

TRINDADE, Rosa Lúcia Predes. Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais. **Temporalis**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 21-41.

Recebido em: 13 de abril de 2017
Aceito em: 31 de agosto de 2017